

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

Religião e violência

JOAQUIM CERQUEIRA GONÇALVES



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2020

Religião e violência

JOAQUIM CERQUEIRA GONÇALVES

I

1. As religiões estão de regresso ao espaço público, inclusive o dos direitos de racionalidade científica, por alguns considerado o mais transparente de todos, depois de uma certa racionalidade moderna as haver relegado, em atitude de rejeição, para a esfera do particular, precisamente por serem insuscetíveis, alegam vozes iluministas, de uma abordagem racional rigorosa. No entanto, a corrente fenomenológica, ao reagir contra o cientificismo monopolizante da racionalidade, abriu caminho para a compreensão das formas das manifestações religiosas. No entanto, o progressivo acolhimento que a racionalidade dos nossos dias vai dispensando às religiões deve-se à imposição destas pela magnitude do fenómeno da violência, em grau que passou a não tolerar indiferenças. É certo que há ocorrências de tal forma violentas que parecem não caber nas malhas da racionalidade, pelo que, se a religião for cúmplice da violência, furtar-se-á, por essa via indireta, a uma abordagem racional. Contudo, estes modos de equacionar a questão bem podem ser interpretados como a capitulação perante a violência, sendo então de aplicar a esta, tal como à religião, afinal a tudo, o princípio da razão suficiente. Seja para as acolher e legitimar, seja para as repudiar, procure-se, quer para a religião, quer para a violência, uma razão.

2. São múltiplas, algumas delas sinuosas, as formas de violência e são também plurais as expressões religiosas, embora se verifique a tendência, sobretudo quando se pretende concentrar e agravar o sentido negativo do fenómeno, para falar de religião no singular – a RELIGIÃO. Além disso, a acentuação da pluralidade religiosa decorre, a maior parte das vezes, das contendas religiosas – a história das guerras religiosas, inclusive no espaço europeu, é volumosa –, procurando cada porção justificar a sua exclusiva legitimidade, lutando por ela e rejeitando as outras, ou por não as aceitar como religiões, ou por não as

considerar a “verdadeira religião”. Desde logo se presente, em todo este contexto, como não detém sentido unívoco a palavra religião, donde resultam indesejáveis equívocos, alguns dos quais explicam porventura as próprias controvérsias religiosas. Convém esclarecer, mesmo sem entrar em diligências diretas de fundamentação, que, na presente reflexão, se tem apenas em mente, quando se alude à religião, as expressões monoteístas, circunscrição que a progressão nesta exposição clarificará.

3. Argumenta-se, por vezes, que se deve atribuir ao monoteísmo a violência ou, em formulação extrema, que a violência tem por origem as religiões monoteístas, as quais seriam, de *per si*, formas de violência. Tal não é comprovado pela história, mas, partindo das sugestões fornecidas por esta interpretação e também da lógica quer do monoteísmo, quer do politeísmo, procuremos analisar se a tese sobre as religiões como fenómeno constitutivamente violento convoca algum respaldo teórico. Nem todos os politeísmos se equivalem, mas os politeísmos articulados culturalmente com a natureza parecem caucionar o pacifismo dessas expressões religiosas, na medida em que cada qual vive – «em paz» – a sua divindade. Por outro lado, religiões, como o hinduísmo e o budismo (não são aqui incluídas entre as religiões), acabam por constituir estratégias para contornar deficiências da existência humana, designadamente a dor, no propósito de as debelar, constituindo um processo que mais atenua, amortecendo, ou anula do que promove movimentos positivos ou negativos. O monoteísmo, ao contrário, além da configuração personalista da divindade, que aponta para a ação, nutre-se da dinâmica de transcendência, também ela dirigida para a progressão. Estes dois aspetos – divindade personificada e transcendência –, intrínsecos a essas religiões, são, todavia, aproveitados, como argumentos a favor da violência religiosa, pelo que será necessário esclarecer o que se entende por esta. Com efeito, o movimento de transcendência é lido de vários modos, inclusivamente o do esforço e até o da competição, em sentido oposto ao de uma radical ataraxia que as religiões, como por vezes se defende, privilegiadamente propiciariam.

4. A violência aqui anexada às religiões refere-se sobretudo à beligerância entre as *Religiões do Livro* – judaica, cristã e islâmica –, bem como a expressões diferenciadas dentro de cada uma dessas religiões, por exemplo entre catolicismo

e protestantismo, que a história da Europa regista como acontecimentos indelévels do mapeamento cultural e político deste Continente. Não faltam, na história da humanidade, guerras marcadas com rótulos religiosos, mas ainda que sejam caracterizadas por outras designações, há motivos para inquirir se o fator religioso não é aí o mais atuante e determinante. De facto, logra sentido perguntar se, ao menos nesses casos, a verdadeira mola que desencadeia a violência é a religião ou se, pelo contrário, esta entra no processo bélico apenas como suplemento instrumentalizado, para reforçar eficácias políticas. Porque se está, perante um complexo fenómeno, o da violência, em que o peso dos seus diversos fatores não é uniforme, a resposta não é nem simples nem válida para todas as situações. Todavia, pretende-se mostrar, nesta reflexão, a possibilidade e as razões de a religião ter um papel decisivo, por vezes até originário e constitutivo, em muitas das ocorrências violentas importantes da história da humanidade, sabendo-se embora que o número de historiadores sensíveis à incontornável importância desse fator não é abundante.

Preparando a dilucidação do propósito fundamental deste texto, mas sem se pretender identificar religião com gnose e maniqueísmo, embora estes tenham contaminado, histórica e culturalmente, as religiões monoteístas, lembrar-se-ia que a ideia de uma violência ontológica, à qual se deveria aliás a própria existência do mundo, da pluralidade, representa um dos mais profundos traços de muitas culturas, os quais, devido à sua radicalidade e expansão, se cruzam com matizes religiosos. Na realidade, estamos perante expressões culturais que, pela sua importância e amplitude, se metamorfosearam em estratos ontológicos, afetando as manifestações religiosas, em um tal enredo e osmose que se interpreta, muitas vezes, a gnose e o maniqueísmo como consequência das religiões, mencionadamente do judaísmo.

II

5. Mantendo fidelidade ao desígnio primeiro desta comunicação, passe-se a uma análise mais precisa, tanto quanto o tempo o permita, da razão da afetação da violência às religiões monoteístas, às impropriamente designadas *Religiões do Livro*. A violência é, nelas, um dado histórico de tal monta que merece

esclarecimento, a começar pelo conflito entre essas três religiões, mas não negligenciando a intervenção destas nos grandes conflitos bélicos, mesmo quando são subsumidos pelas histórias políticas. As doutrinas políticas, muitas vezes apelidadas Filosofia Política, quando esquadriham o seu percurso histórico, encontram inevitavelmente enraizamentos e modelos de índole religiosa, desde as teomaquias às teocracias, sendo de salientar, no que respeita à teologia cristã, a questão do *Filioque*, uma doutrina trinitária que esclarece não só o distanciamento entre as igrejas do Ocidente e do Oriente, mas também os respetivos conflitos políticos.

Foi oportunamente acentuado, acima, que as três religiões monoteístas aqui consideradas têm como denominador comum uma constitutiva referência à transcendência, configurando um transcendente personalizado, que aliás muito contribuiu para desenvolver a noção de pessoa. Considera-se, além disso, que a dinâmica de transcendência é ínsita às religiões monoteístas – não se chama à colação, neste momento, a dinâmica de transcendência que perpassa toda a realidade –, sobretudo através da estruturação personalista, a indicar o superior grau ontológico do transcendente. Mas, se é pacífica, no âmbito dessas três religiões, a intencionalidade de transcendência, separa-as – contrasta-as, como se verá –, entretanto, o modo específico como cada uma percorre esse caminho de transcendência, bem como o desenho de transcendente em que se confina. Reside, neste ponto, a fundamental razão que separa e conflitua essas religiões, tal como se explica, em larga medida, as culturas, em que aquelas estão inseridas, e ainda as políticas, mesmo nas suas manifestações bélicas.

O transcendente – Deus –, nas *Religiões do Livro*, confunde-se em todas elas com o uno, mas esta unidade não é interpretada, na vivência e também na especulação teológica, do mesmo modo: enquanto o judaísmo e o islamismo apontam para a unidade, lutando por ela, pois, se quebra, geraria o politeísmo e a idolatria, o cristianismo, sem perder o rumo da unidade, experiencia e entende a divindade como unidade trinitária, a Trindade, também como Infinito, introduzindo nela uma dinâmica amorosa de diferenciação, intrinsecamente manifestada nas relações entre as três pessoas – Pai, Filho e Espírito.

Se o que caracteriza uma religião é o modo como vive a relação à divindade e, nesse processo, como a entende, é fácil verificar, no cotejo das três *Religiões do Livro*, que de um lado estão o judaísmo e o islamismo, fixados na unidade, em

defesa da qual militam, e, do outro, encontra-se o cristianismo, voltado para a manifestação, para o descentramento, para a alteridade. Este contraste é de tal modo flagrante que, para lá da vivência, deu azo, logo no início da especulação teológica cristã, a grandes controvérsias, em torno das doutrinas orientadas para o Deus-Trindade, que era para a cultura do tempo e para a teologia de matiz judaico uma afirmação de triteísmo, ou seja, de politeísmo. Mas, acrescente-se que esse contraste não seria, certamente, tão extremado, se ele não tivesse medrado em ambientes culturais assaz eivados de maniqueísmo e de gnosticismo, cuja atmosfera se intensificou com uma larga contribuição do legado filosófico grego, que tem no chamado poema de Parménides, *Acerca da Natureza*, a sua condensada cartilha especulativa, insistindo na unidade coesa, na luta por ela, para assim se cumprir a justiça, diligência que corresponde à superação – anulação – do múltiplo, do outro, da diferença.

6. Encontramo-nos, em aparência e apenas no campo da especulação, que tem sido aliás copiosa, onde a violência seria somente de ordem mental, obedecendo ao *sic et non* de todas as dialéticas e alimentando “guerras de conceitos” e “guerras de palavras”. Sabe-se, porém, que a distinção entre o teórico e o prático não passa de um simplista artifício, pois o que se entende por um e por outro decorre de uma ação unitária, o que é ainda mais notório nas questões agora em análise e, de um modo geral, no âmbito das religiões, onde pensar é agir.

Domina as *Religiões do Livro* ou, pelo menos, estas assim têm sido preferentemente interpretadas, um desígnio salvífico, que tem contribuído para conferir às religiões uma missão soteriológica, na qual a ação sacrificial representa uma referência estruturante. De tal modo esse horizonte soteriológico, com tendência a expressar-se escatologicamente, tem ocupado as culturas – e, nestas, as religiões que, como já se notou acima, o cultural se tornou ontológico –, em que a queda e a superação desta passaram a ser originárias, determinado a acompanhar todo o processo, até o extinguir, marcando a própria racionalidade ocidental, sobretudo a de fervor iluminista, “libertador” das almas conspurcadas pelo mal da ignorância.

Reconhecendo embora, uma vez mais, o peso desse desígnio soteriológico em todas as *Religiões do Livro*, note-se que esse vinco salvífico não se apresenta uniformemente em todas elas, nem com o mesmo grau de intensidade, nem

sobretudo na hierarquização das suas razões, já que a razão soteriológica não é a única, particularmente no cristianismo, nem porventura a mais importante. Por isso mesmo o retrato do redentor, as práticas salvíficas e as respetivas doutrinas divergem significativamente de umas para outras. Se a religião assenta primordialmente em uma intencionalidade soteriológica, é natural que o objeto sobre que incide essa redenção, o ser humano atingido pelo mal, que é preciso expurgar, favoreça o antropocentrismo, acabando embora, paradoxalmente, por aniquilar a dimensão humana para poder consumir radicalmente a vitória sobre o mal. Mas se a religião é fundamentalmente a manifestação de Deus, a irradiação do bem na própria realidade finita que, por sua vez, também o exala, será então preferível falar de teocentrismo, lembrando, contudo, que o modelo geométrico de centro não é o mais apropriado para traduzir essa manifestação comunicativa, verdadeiramente descentrada na realidade do outro.

Embora, na história das *Religiões do Livro*, o horizonte soteriológico pareça mais indelével no cristianismo, na figura de Cristo-Redentor, o Deus da Paixão, tal se deve sobretudo ao movimento devocional que tem privilegiado, no conjunto da vida de Cristo, esse passo, pois a hierarquização das razões assenta na lógica de vida de um Deus-Amor, fonte e termo de todas as prioridades, independentemente da ocorrência incidental do mal, se bem que não a este indiferente, depois de ele ocorrer, pois que não é originário. A prioridade não salvífica, na ordem das razões, comanda já o Antigo Testamento, mas será bastante mais clara no Novo Testamento, não obstante a omnipresença do messias-libertador, que enforma abrangentemente o Antigo Testamento e se torna o Redentor crucificado do Novo Testamento. No entanto, a missão de Cristo é claramente religiosa, isto é, começa em Deus e em Deus acaba, não sendo religiosa por ser libertadora do mal, residindo, porventura, na inversão desta ordem, a entrada da violência religiosa, ao sobrepor a luta contra o mal à manifestação amorosa do bem.

7. Toda esta configuração excede a simples expressão religiosa em formas rituais, chegando ao tutano de toda a realidade, particularmente a humana, em cuja dinâmica de vida bem assenta o processo de transcendência, seja ou não interpretado em termos religiosos. A ser assim, a grande questão é a da natureza do transcendente, a qual, se não corretamente vivida e entendida, degenera em

idolatria, receio bem patente tanto no Antigo Testamento, que para ele adverte, como no Novo Testamento, na medida em que, no testemunho insistente do próprio Cristo, a missão fundamental é anunciar, manifestar, a natureza do próprio Deus. Neste contexto, a correta interpretação do transcendente está em simetria com o exercício da correta dinâmica da vida humana, no cruzamento da antropologia com a teologia. Mas também na vivência humana é possível verificar ora uma tendência para a unidade que, no extremo, não suporta nenhuma alteridade, ora uma abertura à diferença, ao outro, à diversidade, ao desenvolvimento. Foi nesse sentido que a doutrina antiga, pagã, das faculdades, se alterou na visão cristã destas, cuja leitura do seu exercício recebeu sugestiva luz do modelo das relações trinitárias. O movimento simétrico da teologia e da antropologia foi, ao mesmo tempo, causa e consequência da vivência religiosa, quer na interpretação da existência como retração para a unidade, quer no impulso para a distensão no processo de alteridade. Todo este questionamento, que ocupa os principais capítulos da especulação da cultura ocidental, não se deixou filtrar pelas grelhas disciplinares do saber, manifestando-se, pelo contrário, transversalmente, em todos os aspetos da vida da humanidade, inclusivamente na paz e nas guerras. É por isso mesmo que tem sentido interrogarmo-nos sobre uma possível articulação entre religião de violência, concretamente sobre se há fatores, nas três religiões monoteístas, que tenham condições favoráveis para estimular ações violentas, mesmo de carácter bélico. Não se pretende assumir aqui o papel de historiador, mas apenas olhar para a cultura em que os factos germinaram, para ver se, alguns fatores religiosos dela são propícios ao desencadeamento decisivo de manifestações bélicas.

8. Na cultura ocidental, se houve épocas em que o horizonte religioso foi abrangente e, por isso, o fator mais visível de todos os que compunham o quotidiano das sociedades, a partir da modernidade, como foi observado, a religião passou a ser opção do foro privado, situação que, associada ao relevo conferido ao indivíduo, deixou de ter alcance social, concedendo-se-lhe apenas uma dimensão psicológica, de teor subjetivo. Neste contexto, a religião não teria nem força, nem estatuto para entrar no jogo das causalidades dos movimentos da história. Mas tal situação infletiu nestes últimos tempos, com o recrudescer de alguns conflitos em que se tornou impossível ficar indiferente à presença das

altissonantes e ameaçadoras imprecções religiosas, acompanhando frequentemente intervenções bélicas, cuja caracterização primeira solicitava uma referência religiosa. Se nas últimas sete décadas a Europa viveu um clima de paz, graça que alguns poderão atribuir quer à ausência da religião, quer à laicização de muitos dos elementos de caráter religioso, mais recentemente, porém, a humanidade vai-se deparando com uma *guerra* que os seus alegados promotores assumidamente rotulam de *santa*, aliás, observe-se, desde já, com suficiente pertinência. As suas proporções são de tal gigantismo que a religião sai dos escuros espaços privados e obriga os estudiosos da cultura e os historiadores a debruçarem-se sobre ela, até como forma de ela ser enfrentada. O reconhecimento dessa importância já é *de per se* significativo, se bem que a minguada preparação intelectual dos estudiosos de tal fenómeno não tenha capacidade para apreender as suas razões, por assim dizer, teológicas – a clandestinidade, assim deve ser interpretada a privacidade a que foi reduzida a religião, eclipsou o estudo da teologia – dessa importância.

O consabido provérbio “contra factos não há argumentos” é capcioso, mais ainda se usado pelos historiadores, pois eles isolam como factos, isto é, fazem de alguns fenómenos factos históricos, se as malhas da cultura desses mesmos historiadores os deixar passar e, ainda, se a cultura vigente, aquando dessas alterações, os não contradisser. Na realidade, as grelhas da cultura é que condicionam a compreensão dos factos, ou seja, torna-os históricos.

Por outro lado, há a propensão a confundir a causalidade com a argumentação, situando tudo ao nível da consciência dos historiadores e, depois, às consciências dos supostos protagonistas dos factos. No entanto, se for recuperada a importância da cultura, que permite compreender – mesmo que ela não seja suficiente para os causar – os factos, por parte dos historiadores, e os factos, produzidos pelos protagonistas, será fácil concluir que a causalidade da cultura, que permite a compreensão dos factos, excede enormemente, nos antecedentes e nos subsequentes, o patamar da consciência. Muito embora o movimento da consciência possa – e deva – ser integrado no processo de transcendência, a intencionalidade desta é muitas vezes atraçoada pela implantação de uma fase do movimento de consciência em padrão último de transcendência.

A cultura não é, pois, certamente, o último, talvez melhor, o primeiro patamar da realidade, mas ela condiciona, positiva e negativamente, a ação humana,

entendida esta em sentido mais amplo, no tempo e na amplitude, do que a consciência. Houve ocasião de referir, no decurso deste texto, algumas das coordenadas da cultura ocidental, explicitamente a gnose e o maniqueísmo, tal como se aludiu às religiões – judaísmo, cristianismo, islamismo –, que estiveram ativas nessa mesma cultura, sem contudo se identificarem com ela, ao mesmo tempo que se esclareceu, todavia, como essas religiões foram por vezes contaminadas pela gnose e pelo maniqueísmo. Todo este contexto forma um complexo organismo que nunca desapareceu da nossa cultura, com uma ação ora consciente, ora inconsciente. Ainda hoje é nela que se respira – ou que a sociedade ocidental, mas não apenas esta, a respira.

É momento – em direção a este tem rumado desde o início esta reflexão – de perguntar, à luz da cultura, das religiões e da história, se as religiões referenciadas têm, tiveram e terão sementes de violência ou se a elementos delas se devem manifestações beligerantes. Todo o movimento da presente reflexão aponta para uma resposta positiva. As religiões podem produzir violência e até em elevado grau: elas trabalham com fatores decisivos da existência, não tendo como horizonte a mediania do comportamento, mas o acme dele, a heroicidade, que decorre da própria dinâmica da transcendência, metamorfoseada, no entanto, em ídolo se se petrificar, conservando embora a sua indelével intencionalidade de ilimitado movimento, não raro transformado em fanatismo. A guerra marcadamente religiosa dispõe de todos os ingredientes para se tornar a mais bárbara de todas.

Em termos concretos, importa dizer que, na história, todas as *Religiões do Livro* viveram esse movimento positivo e negativo. Sucede, porém, que, nelas, como foi repetidamente observado, há uma grande divisão: a luta pela unidade/unicidade, particularmente vigorosa no judaísmo e no islamismo, e o movimento para a diferenciação, incluindo, nesta, a transformação temporal, a historicidade, a categoria bíblica que se universalizou mediante o processo de laicização, mas que o cristianismo conservou, explicando, no percurso histórico deste, a capacidade de transformação e de diferenciação temporal.

O elemento religioso, que nunca aparece isolado, tem condições específicas para ser preponderante, mesmo excessivo, em processos de consequências positivas e negativas, justificando o acolhimento da asserção segundo a qual tudo o que há de eminentemente bom e de radicalmente mau – diabólico – às religiões se deve. Nos nossos dias, a violência de matiz religioso permitiu que a religião

se tornasse pública, mas a racionalidade ocidental, que se vai abrindo a ela, por bons e maus motivos, ainda não se desvinculou do preconceito antirreligioso ou a-religioso, continuando, sem se aperceber disso, a relegar para o limbo do silêncio a religião, por não lhe reconhecer racionalidade, preferindo atribuir, subtilmente e em nome da tolerância, a plausível violência religiosa a fatores de outra ordem, sobretudo de índole política. Por seu turno, as *Religiões do Livro* não têm medido suficientemente o grau de responsabilidade que lhes cabe nos mais diversos conflitos da humanidade, a começar pela confrontação entre a tríplice expressão que as representam – judaísmo, cristianismo, islamismo –, na luta pela exclusividade de cada uma, em um desfavor condenatório das outras, em nome de um deus Uno, mas que não é vivo, pois, se o for, dará lugar a uma Unidade diferenciada, fonte ativa de um eficaz ecumenismo.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 26 DE MAIO DE 2011)